

Petróleo, Royalties & Região

UcamCidades

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano II, nº 5 – Setembro 2004

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades
Universidade Candido Mendes

APOIO:



ALESSANDRO MORAES

■ Análise do Boletim ■

Algumas contas para ter noção dos milhões



O **Boletim Petróleo, Royalties e Região** fez as contas para simular o poder de compra de entidades públicas beneficiadas pelos *royalties* do petróleo. Campos dos Goytacazes (RJ), que recebeu cerca de R\$ 474 milhões em 2003, poderia, por exemplo, ter construído mais de 18 mil casas populares. O montante também seria suficiente para custear uma campanha presidencial.

■ PÁGINAS 2, 3 E 4

ARTIGOS

Petróleo e violência

Pesquisadores mostram efeitos do crescimento em Macaé

PÁGINAS 7 E 8

Clientelismo e voto

Aumento da competição eleitoral estimula a ação clientelista dos políticos

PÁGINAS 9, 10 E 11



CÉSAR FERREIRA



Promessa de transparência

■ PÁGINAS 5 E 6

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO NO NORTE FLUMINENSE da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo

Uma radiografia econômica do Norte Fluminense da cana ao petróleo

“Economia e Desenvolvimento do Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo”

Organizadores: Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto
Autores: Ailton Mota de Carvalho, Hamilton Jorge de Azevedo, Jose Luiz Vianna da Cruz, Maria Elgenia Ferreira Totti, Roberto Cezar Rosendo e Rodrigo Valente Serra.

WTC Editora

Vendas: Livraria Vozes
Campos – (22) 27330807

Patrocinadores: Caixa Econômica Federal e Observatório Sócio Econômico do Norte Fluminense



LEVANTAMENTO DO BOLETIM **PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO** PROCURA DAR A DIMENSÃO DO QUE REPRESENTA A RECEITA DOS MAIORES RECEBEDORES DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO NUM PARALELO COM POSSÍVEIS UTILIZAÇÕES DESTES RECURSOS



ANÁLISE

Para ter noção dos milhões

Distribuição das rendas petrolíferas: notas sobre a importância relativa e poder de compra

As pesquisas de campo realizadas pelo **BPR&R** junto à população de Campos dos Goytacazes (maior recebedor municipal de *royalties* e participações especiais) trouxeram informações importantes sobre o grau de consciência dos municípios quanto ao regime de distribuição dos *royalties* e participações especiais pagos pelas indústrias petrolíferas:

- Há um desconhecimento (58%) do significado do termo *royalty* (Boletim nº 1);
- A população ainda identifica como principal atividade econômica do município o comércio (Boletim nº 2);
- Os municípios reconhecem sua prefeitura como rica (81%), contudo cerca de 65% subestimam os valores mensais recebidos a título de *royalties* e participações especiais (Boletins nº 3 e 4).

Entre as inúmeras possibilidades analíticas destes resultados deseja-se ressaltar que há um importante estado de desinformação sobre a situação especial deste município, em termos de sua capacidade de investimento.

Não pode ser nossa pretensão generalizar este quadro, mas mesmo a suspeita de que este nível de desinformação possa ser encontrado em outros municípios, ou entre a população atendida por outros beneficiários (Estados e Ministérios), nos motiva a dar mais um passo no processo de difusão do debate sobre o regime de repartição das participações governamentais do petróleo.

O que se pode realizar com estes recursos? Será que existe um

entendimento do que representa, em termos de poder de compra, uma prefeitura como a de Campos dos Goytacazes - RJ (422 mil hab.) receber aproximados R\$ 474 milhões/ano (2003), entre *royalties* e participações especiais? O que

pode realizar uma prefeitura como a de Quissamã - RJ (15 mil hab.), com receitas anuais (2003) de cerca de R\$ 62 milhões? E os Estados beneficiários, o que podem com estes recursos? E quanto aos órgãos do governo federal favorecidos pelas participações governamentais?

Certamente que respostas abrangentes para estas questões demandariam um esforço de pesquisa muito maior do que o aqui apresentado. A idéia do exercício de investigação que ora se apresenta é tão somente a de provocar o debate, estimular a multiplicação de estudos reveladores do poder de compra acres-

cido aos favorecidos pelas rendas do petróleo. Em última instância, trata-se de um incentivo à construção de uma postura reivindicatória da sociedade civil frente aos entes beneficiários das rendas petrolíferas.

Antes de investigar o poder de

compra das rendas petrolíferas transferidas para os entes públicos, deve-se, primeiramente, buscar compreender a importância relativa destas na receita total dos beneficiários, como apresentado na Tabela 1 (página 3).

Observe que a mensuração da importância das rendas petrolíferas nas receitas totais dos beneficiários pode ser realizada de duas formas: i) dividindo-se a receita das participações governamentais pela receita total das entidades beneficiárias; ii) dividindo-se a receita das participações sobre a receita total das entidades beneficiárias, líquidas das rendas petrolíferas. Esta segunda forma de mensuração revela que para alguns beneficiários as rendas petrolíferas são superiores ao conjunto integral das demais fontes de receita.

Certamente que a análise sobre os municípios é bastante parcial, pois seleciona apenas aqueles maiores recebedores das rendas petrolíferas, entre os cerca de 800 municípios beneficiários.

Entre as Unidades da Federação, destaca-se o Rio de Janeiro, com elevada participação relativa

O QUE SIGNIFICA UMA
PREFEITURA RECEBER
R\$ 474 MILHÕES
EXTRAS EM UM ANO?

LEVANTAMENTO MOSTRA
PODER DE COMPRA DE
RECEBEDORES DE
RENDAS DO PETRÓLEO

RENDA DO PETRÓLEO
EM CAMPOS SERIA
SUFICIENTE PARA UMA
CAMPANHA PRESIDENCIAL

das rendas petrolíferas. Já entre as entidades federais, verifica-se que há órgãos plenamente dependentes das receitas das participações governamentais do petróleo.

Já os Fundos de Participação dos Estados e Municípios — que redistribuem entre o conjunto dos entes subnacionais parte das receitas tributárias nacionais — não são impactados significativamente pelas receitas dos *royalties* e participações especiais, sendo, aliás, esta pouca importância motivadora da proposição de Projetos de Lei que pretendem alterar a regra atual de repartição das rendas petrolíferas (ver Boletins nº 3 e 4).

Quanto à análise do que é possível fazer com estes recursos, vale enfatizar que o poder de compra das entidades beneficiárias ilustrado na Tabela II (página 4) através de alguns parâmetros não deve ser lido como uma sugestão de despesa para as referidas entidades. O objetivo desta tabela é somente o de apresentar a ordem de grandeza destas quantias, através de ações típicas de cada uma das entidades beneficiárias.

Uma provocativa relação

Outra (provocativa) forma de mensurar o poder de compra dos municípios beneficiários seria trazer para a discussão a questão dos custos das campanhas eleitorais no país. O que ilustramos na Tabela III (página 4), onde pode ser visto que as rendas petrolíferas do município de Campos dos Goytacazes, isoladamente, seriam suficientes para custear uma campanha para a Presidência da República.

TABELA NESTA PÁGINA MOSTRA A RECEITA EM ROYALTIES E EM PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS ENTRE OS MAIORES RECEBEDORES DO PAÍS. CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ), O MAIOR RECEBEDOR MUNICIPAL, TEVE REPASSES QUE ULTRAPASSARAM R\$ 474 MILHÕES EM 2003



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 2

1- Participação Relativas das Rendas Petrolíferas nas Receitas Anuais das Entidades Beneficiárias, 2003

Beneficiários	Royalties	Participações Especiais	Total das Participações Governamentais	Receita Total (Execução Orçamentária ou Orçamento) *	Participações Governamentais / Receita Total	Participações Governamentais / (Receita Total - Participações Governamentais)
	A	B	C = A + B	D	E = C / D	F = C / (D - C)
Municípios						
Campos dos Goytacazes - RJ	R\$ 229.727.268,73	R\$ 244.406.333,16	R\$ 474.133.601,89	R\$ 465.000.000,00	100,00%	-
Macaé - RJ	R\$ 187.686.111,86	R\$ 68.365.194,38	R\$ 256.051.306,24	R\$ 513.101.013,13	49,90%	99,61%
Rio das Ostras - RJ	R\$ 93.502.944,79	R\$ 108.257.858,47	R\$ 201.760.803,26	R\$ 193.317.392,76	100,00%	-
Cabo Frio - RJ	R\$ 66.995.640,12	R\$ 20.431.723,88	R\$ 87.427.364,00	R\$ 215.813.149,37	40,51%	68,10%
Quissamã - RJ	R\$ 45.952.480,21	R\$ 16.815.739,27	R\$ 62.768.219,48	R\$ 120.845.052,57	51,94%	108,08%
Armação de Buzios - RJ	R\$ 32.916.178,46	R\$ 3.310.942,66	R\$ 36.227.121,12	R\$ 61.835.436,15	58,59%	141,47%
São Sebastião - SP	R\$ 34.223.922,26	-	R\$ 34.223.922,26	R\$ 182.325.738,00	18,77%	23,11%
Coari - AM	R\$ 29.018.847,10	R\$ 5.142.262,54	R\$ 34.161.109,64	R\$ 75.444.917,25	45,28%	82,75%
São João da Barra - RJ	R\$ 27.790.704,31	R\$ 2.904.311,86	R\$ 30.695.016,17	R\$ 53.000.000,00	57,92%	137,62%
Casimiro de Abreu - RJ	R\$ 27.546.180,75	R\$ 4.499.187,92	R\$ 32.045.368,67	R\$ 75.471.406,91	42,46%	73,79%
Carapebus - RJ	R\$ 22.490.168,56	R\$ 1.725.644,56	R\$ 24.215.813,12	R\$ 42.468.655,68	57,02%	132,67%
Linhares - ES	R\$ 17.171.747,98	-	R\$ 17.171.747,98	R\$ 97.853.853,64	17,55%	21,28%
Mossoro - RN	R\$ 15.680.022,64	R\$ 2.281.121,99	R\$ 17.961.144,63	R\$ 130.734.595,15	13,74%	15,93%
Macau - RN	R\$ 16.665.733,51	-	R\$ 16.665.733,5	R\$ 32.220.887,39	51,72%	107,14%
Guamaré - RN	R\$ 16.337.691,76	-	R\$ 16.337.691,76	R\$ 29.498.369,88	55,39%	124,14%
Madre de Deus - BA	R\$ 15.901.413,33	-	R\$ 15.901.413,33	R\$ 55.990.769,27	28,40%	39,66%
Rio de Janeiro - RJ	R\$ 14.776.464,85	-	R\$ 14.776.464,85	R\$ 6.991.917.227,90	0,21%	0,21%
São Mateus - ES	R\$ 14.750.064,56	-	R\$ 14.750.064,56	R\$ 63.173.094,00	23,35%	30,46%
Aracaju - SE	R\$ 14.694.080,79	-	R\$ 14.694.080,79	R\$ 347.506.329,69	4,23%	4,42%
São Francisco do Sul - SC	R\$ 14.168.866,82	-	R\$ 14.168.866,82	R\$ 54.423.314,43	26,03%	35,20%
Estados						
RJ	R\$ 907.744.200,00	R\$ 1.961.297.000,00	R\$ 2.869.041.200,00	R\$ 24.392.821.768,53	11,76%	13,33%
RN	R\$ 140.946.100,00	R\$ 7.532.200,00	R\$ 148.478.300,00	R\$ 2.661.200.069,46	5,58%	5,91%
BA	R\$ 114.992.900,00	-	R\$ 114.992.900,00	R\$ 10.913.916.351,33	1,05%	1,06%
AM	R\$ 90.479.800,00	R\$ 21.765.000,00	R\$ 112.244.800,00	R\$ 3.757.292.662,54	2,99%	3,08%
ES	R\$ 59.278.600,00	R\$ 8.379.900,00	R\$ 67.658.500,00	R\$ 4.929.918.539,38	1,37%	1,39%
SE	R\$ 55.525.800,00	-	R\$ 55.525.800,00	R\$ 2.099.526.507,36	2,64%	2,72%
AL	R\$ 23.036.600,00	-	R\$ 23.036.600,00	R\$ 2.304.446.626,11	1,00%	1,01%
CE	R\$ 14.153.800,00	-	R\$ 14.153.800,00	R\$ 6.418.190.276,00	0,22%	0,22%
PR	R\$ 3.016.800,00	-	R\$ 3.016.800,00	R\$ 10.805.327.556,99	0,03%	0,03%
SP	R\$ 4.000.000,00	-	R\$ 4.000.000,00	R\$ 57.966.316.827,78	0,01%	0,01%
União						
Ministério de Minas e Energia		R\$ 1.998.974.000,00	R\$ 1.998.974.000,00	R\$ 10.550.000.000,00	18,95%	23,38%
Comando da Marinha	R\$ 644.705.100,00	-	R\$ 644.705.100,00	R\$ 6.617.647.000,00	9,74%	10,79%
Ministério da Ciência e Tecnologia	R\$ 541.526.500,00	-	R\$ 541.526.500,00	R\$ 3.451.735.000,00	15,69%	18,61%
Ministério do Meio Ambiente		R\$ 499.734.400,00	R\$ 499.734.400,00	R\$ 1.502.517.000,00	33,26%	49,83%
Fundo Especial (FPM+FPE)	R\$ 322.352.600,00	-	R\$ 322.352.600,00	R\$ 37.800.599.459,99	0,85%	0,86%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Agência Nacional do Petróleo

*** As informações em negrito da coluna "D" são orçamentárias (receitas previstas), as demais informações desta coluna são relativas à execução orçamentária (receitas realizadas). A existência de duas diferentes fontes de informação deve-se ao fato de nem todos os municípios terem enviado as informações relativas à execução orçamentária de 2003 para a Secretaria do Tesouro Nacional. Os orçamentos dos municípios de Campos e Rio das Ostras de 2003 foram fixados com valores menores do que as rendas petrolíferas efetivamente transferidas para estes entes, assumindo, portanto, a coluna "E" o valor de 100%. "

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

2- Parâmetros para Mensuração do Poder de Compra Representado pelas Rendas Petrolíferas entre as Entidades Beneficiárias

Beneficiários	Participações Governamentais 2003 (R\$)	Parâmetro de Poder de Compra Anual	Fonte/Metodologia
Município de Campos dos Goytacazes	474.133.601,89	construção de 18.890 casas populares	Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/Gabinete do Prefeito/Proposta Orçamentária 2004/Programas de Trabalho 2004 Consolidados/Programa Incremento Habitacional: custo unitário de uma casa popular = R\$ 27.022,22 (2004); corrigidos pelo IGP-DI para R\$ 25.099,59 (2003)
Estado Rio de Janeiro *	2.869.041.200,00	Assentamento rural de 225.016 famílias	Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão do RJ/ Controle/Relatório dos Produtos das Ações Realizadas em 2002 - por Programa/Programa de Consolidação e Desenvolvimento de Assentamentos Rurais/ITERJ - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro: custo unitário de uma família assentada = R\$ 11.843,19 (2002); corrigidos pelo IGP-DI para R\$ 12.750,37(2003).
		3,4 vezes a destinação de Recursos do Tesouro do Estado para a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	Orçamento 2004 (Lei nº 4.259/2003)/Anexo IV - Resumo da Despesa por Poderes e Órgãos: Recursos do Tesouro Previstos para a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação = R\$ 847.427.524,00
Ministério de Minas e Energia	1.998.974.000,00	488.095 novas ligações elétricas no padrão do programa Luz Para Todos	Ministério de Minas e Energia / Programa Luz Pata Todos / Boletins e Releases/09/06/2004/Custo médio de uma nova ligação elétrica = R\$ 4.409,17(2004); corrigido pelo IGP-DI para R\$ 4.095,46 (2003).
Comando da Marinha	644.705.100,00	cobertura de 93% dos gastos adicionais da União com o aumento de 10% concedido aos militares a partir de setembro de 2004 (para todo o Ministério da Defesa e não somente o Comando da Marinha)	O Estado de São Paulo, 17/07/2004/ Impacto do reajuste no Orçamento da União, segundo Ministro do Planejamento Guido Mantega = R\$ 750 milhões (2004; corrigidos pelo IGP-DI para R\$ 692,5 milhões (2003).
Ministério da Ciência e Tecnologia	541.526.500,00	concessão de 52.780 bolsas de mestrado/ano	Ministério da Ciência e Tecnologia/CNPq/Relatório de Gestão 2003: valor da bolsa mensal de mestrado = R\$ 855,00
Ministério do Meio Ambiente	499.734.400,00	reflorestamento de 3.249km ² ; cerca de três vezes o território do município do Rio de Janeiro (1.182 km ²)	Presidência da República/Controladoria Geral da União/Secretaria Federal de Controle Interno/Balanço Geral da União 2002/Ministério do Meio Ambiente/Programa Florestar: custo de execução física de plantio de florestas nas pequenas propriedades rurais com vistas a beneficiar o pequeno produtor rural em todo o país = R\$ 1.428,57/ha (2002); corrigidos pelo IGP-DI para R\$ 1.538,00/ha (2003).

* O Estado do Rio de Janeiro transfere parcela importante das suas rendas petrolíferas para o pagamento de sua dívida com a União.

3- Algumas referências de custos de campanhas para a Câmara Federal e para a Presidência da República

Modalidade de Campanha / Ano	Custo Atualizado (R\$)	Fonte/Metodologia
Deputado Federal/ 1986	2.919.720,00	MAINWARING, Scott. (1991), "Politicians, Parties and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective". Comparative Politics, vol. 24, pp. 21-43. Custo de US\$ 600.000 + inflação norte americana no período (67,8%) x taxa de câmbio set/04 (R\$ 2,9)
Presidência Collor/1989	344.288.000,00	Livro de Cleto Falcão, Dez Anos de Silêncio (LGE Editora), citado na Revista ISTOÉ, edição de 15/09/04. Custo de US\$ 80.000.000 + inflação norte americana no período (48,4%) x taxa de câmbio set/04 (R\$ 2,9)
Presidência FHC/ 1994	147.554.900,00	SAMUELS, David. "Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil", Revista Dados, vol. 40 nº 3 Rio de Janeiro 1997.Custo de US\$ 41.000.000 + inflação norte americana no período (24,1%) x taxa de câmbio set/04 (R\$ 2,9)

VEJA, NA ÍNTEGRA, AS RESPOSTAS DOS QUATRO CANDIDATOS À PREFEITURA DE CAMPOS NO QUINTO BLOCO DO DEBATE PROMOVIDO PELA UCAM E PELA FAFIC, SOBRE TRANSPARÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DOS ROYALTIES



DEBATE UCAM

Todos prometem transparência

Candidatos respondem a pergunta do Boletim sobre *royalties* durante debate da UCAM

A PREOCUPAÇÃO COM A TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO E COM A DEMOCRATIZAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS MERECEU UM BLOCO DO DEBATE ENTRE CANDIDATOS À PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, CIDADE DO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO QUE É A MAIOR RECEBEDORA DE ROYALTIES DO PAÍS, NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS (VEJA MATÉRIA NAS PÁGINAS 2, 3 E 4).

O DEBATE FOI PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES E PELA FACULDADE DE FILOSOFIA DE CAMPOS, NO AUDITÓRIO DA UCAM, NO DIA 12 DE AGOSTO, E TRANSMITIDO AO VIVO PELA UNIV-TV, UMA TV UNIVERSITÁRIA DA CIDADE. OS QUATRO CONCORRENTES ACEITARAM O CONVITE: CARLOS ALBERTO CAMPISTA (COLIGAÇÃO A

FORÇA DO CORAÇÃO), GERALDO PUDIM (COLIGAÇÃO FRENTE POPULAR), MAKHOUL MOUSSALEN (PT) E PAULO FEIJÓ (COLIGAÇÃO MUDAR DE VERDADE).

NO QUINTO BLOCO, UMA PERGUNTA DO BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO FOI FORMULADA AOS CONCORRENTES. ESTA PUBLICAÇÃO QUIS SABER “QUAL A PROPOSTA DO CANDIDATO PARA DAR MAIS TRANSPARÊNCIA E PARA DEMOCRATIZAR A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO”. CADA CONCORRENTE TEVE DOIS MINUTOS PARA RESPONDER. E AS RESPOSTAS ESTÃO PRESENTES NESTA EDIÇÃO, AQUI APRESENTADAS NA ORDEM EM QUE FORAM ORIGINALMENTE EXPOSTAS NO DEBATE, MEDIANTE SORTEIO FEITO PELO MEDIADOR.

Qual a sua proposta para dar mais transparência e para democratizar a utilização dos recursos dos *royalties* do petróleo

FOTOS: CÉSAR FERREIRA



Paulo Feijó
Coligação Mudar de Verdade

Setenta por cento do que Campos arrecada é proveniente dos recursos dos *royalties*. Mas a transparência na aplicação não deve acontecer apenas com os recursos dos *royalties*. Tem que acontecer com toda a arrecadação do município. No nosso governo, seremos implacáveis no quesito transparência. Corrupção zero e desperdício do dinheiro público zero. Se não for assim, fracassaremos. E Campos não pode se envolver mais em administrações que fracassam. O que faremos? Aplicaremos bem esses recursos. Os recursos dos *royalties* têm que ser aplicados para que

efetivamente melhore a condição de vida do nosso povo. Aplicaremos esses recursos na política de geração de empregos, como já fa-

SEREMOS IMPLACÁVEIS NO QUESITO TRANSPARÊNCIA

amos. Agora, uma coisa que Campos já perdeu, e eu acho isso inaceitável, é que nenhuma obra física de importância mais significativa — a não ser o Hospital de Guarus, que a gente reconhece que foi uma obra importante — aconteceu. Hoje, quando compa-

ramos Campos com Macaé, vamos ver Macaé com obras já realizadas e outras sendo realizadas. Nós temos o nosso programa de governo, e discussões sérias e competentes em todas as áreas temáticas, mas com projetos materiais viáveis que serão executadas a partir de primeiro de janeiro. Projetos importantes voltados para todas as áreas, com os recursos dos *royalties* do petróleo. Agora, transparência é obrigação de todo governo e de todo homem público. Mostraremos a todos como estes recursos serão aplicados.”

MAKHOUL, CAMPISTA E PUDIM NA PÁG. 6



Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site *Royalties* do Petróleo
www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

- Documentos legais • Análises sobre distribuição e aplicação dos *royalties* • Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas • Desenvolvimento nas regiões petrolíferas

Você também pode enviar o seu artigo para boletim@ucam-campos.br

CONFIRA NESTA PÁGINA AS RESPOSTAS DOS CANDIDATOS MAKHOUL MOUSSALEN, CARLOS ALBERTO CAMPISTA E GERALDO PUDIM SOBRE A TRANSPARÊNCIA E A DEMOCRATIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 5



Makhoul Moussalen
PT

Objetivamente, nós já expusemos no início da nossa fala a questão do orçamento participativo. Se eu quero transparência, eu começo pelo orçamento, convocando a sociedade, através dos conselhos municipais, para se manifestarem sobre como aplicar não só os recursos dos *royalties*, mas de outros recursos que a cidade venha a ter, além dos recursos normais — ICMS, IPTU, entre outros. A segunda colocação,

de democratizar, isso é a gestão participativa que nós estamos propondo. São esses mesmos conselhos municipais e a

SE EU QUERO TRANSPARÊNCIA, COMEÇO PELO ORÇAMENTO

nossa sociedade organizada participar, fiscalizar, e ela ajudar na gestão destes recursos. Objetivamente, dois pontos: or-

çamento participativo de fato e de direito como já vem sendo feito em outras cidades, como por exemplo Porto Alegre e São Paulo, e outras cidades, que fazem isso e deu certo. É uma experiência administrativa do partido do PT que a gente pretende implantar em Campos para gerenciar esses recursos. São duas formas objetivas, claras, sem subterfúgios, sem voltas, sem sobe e desce, bem definidas.



Carlos Alberto Campista
Coligação A Força do
Coração

Olha, assim como todas as demais ações do governo, a aplicação dos *royalties*, evidentemente, tem que ter toda a transparência. Isso aí, de minha parte, quem me conhece sabe que tenho condições morais de afirmar e confirmar isso. Eu queria retificar o Feijó, que ele disse que a única obra física que apareceu com os recursos dos *royalties* foi o hospital de Guarus. Eu citaria mais um item, que são as estradas vicinais no interior do município, asfaltadas com o dinheiro dos *royalties*. O deputado deve, em campanha política, estar passando por estas estradas. Ignorar isso como obra fisi-

ca de aplicação do dinheiro dos *royalties*, quando a aplicação dos *royalties* em estradas vicinais é uma imposição legal... Eu não faço nem questão de citar o programa

A CRIAÇÃO DO FUNDECAM FOI FENOMENAL

Luz no Campo, que esse governo atingiu 90% dos domicílios rurais com luz elétrica com o dinheiro dos *royalties*. Então, vamos retificar isso para não ficar uma confusão na cabeça do telespectador inclusive.

Eu acho que a maior criatividade do governo Amaldo Vianna na questão dos *royalties* foi a criação do Fundecam. São hoje R\$ 35 milhões nesse fundo, que vão chegar a R\$ 150 milhões em quatro anos. Isso responde a quase tudo, principalmente a ampliação do mercado de trabalho, estímulo à economia, diversificação do parque econômico do município, responde a quase tudo. Acho que foi uma obra de uma criatividade fenomenal. E é um exemplo da boa aplicação dos recursos do petróleo. O Fundecam é constituído exclusivamente por recursos oriundos dos *royalties* do petróleo."



Geraldo Pudim
Coligação Frente Popular

Com relação à transparência na aplicação dos recursos dos *royalties*, a gente queria fazer aqui uma introdução: o município de Campos apresentou uma peça orçamentária que é de algo em torno de R\$ 633 milhões para este ano. No que diz respeito a receitas próprias nesse valor — ISS, IPTU, ITBI —, representam minguaos 3,58% desse valor, algo em torno de R\$ 22,7 milhões que é a receita própria. Só dos *royalties* do petróleo, no ano passado, 2003, entraram cerca de R\$ 500 milhões. Então, você aplicar recursos dessa monta, como Carlos Alberto falou, acho ainda que é muito pouco, relacionado à questão dos investimentos.

O que a gente está propondo é, na criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, é criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, e neste Con-

VAMOS CRIAR UM CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

selho Municipal de Desenvolvimento Econômico, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a sociedade civil discutir a aplicação desses recursos, evidentemente na economia auto-sustentável, por que só falar em estrada vicinal e em eletrificação rural

monofásica não resolve o problema. Você precisa efetivamente investir nas lavouras para que estas estradas vicinais não sirvam tão somente para carros de passeio. Se você passar com um caminhão *trukado*, o asfalto *poca* [arrebenta] todinho. Nós precisamos ter um investimento forte em estradas vicinais, mas visando a agricultura, para que caminhões possam passar com a produção. Então, resolveria a questão da transparência com a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, onde seria discutida a aplicação desse recurso. É muito dinheiro para ficar na mão de uma pessoa só a definição de sua aplicação.

ARTIGO MOSTRA A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA URBANA E CRESCIMENTO ECONÔMICO DESORDENADO, COM FOCO SOBRE O CASO DA CIDADE DE MACAÉ, NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ARTIGO

Industrialização, crescimento urbano e violência - O caso de Macaé-RJ

AILTON MOTA DE CARVALHO E
ÉRICA TAVARES DA SILVA

Os pesquisadores do tema violência urbana, reconhecem que a cidade não produz, automaticamente, a violência, mas não ignoram que ela acontece com mais frequência na cidade, lugar onde ela se manifesta com mais intensidade, devido ao adensamento populacional e aos conflitos derivados de relações sociais imperfeitas.

É óbvio que a urbanização em si, não é a única causa do aumento da violência, mas o binômio urbanização e miséria, sim, parece ser o grande causador da violência nas cidades brasileiras, em conjunto com outros fatores explicativos.

O tema é muito complexo e polêmico, o que permite a sua abordagem sob várias óticas: política, social, econômica, policial, judiciária, etc. Para exemplificar, podemos considerar a violência urbana como natural e inerente à complexa vida nas cidades ou, num outro extremo, como um dos

sintomas das contradições do capitalismo, causada por situações de injustiça social e econômica.

Existe, porém, uma realidade que per-

corre todas as análises recentes sobre o tema: a de que o ambiente urbano favorece e estimula a prática da violência e que existe uma relação positiva entre o tamanho da cidade e a incidência da violência.¹

No Brasil, evidentemente, ocorre um intenso debate sobre as razões da violência urbana e sobre as formas de combatê-la. Por outro lado não existem muitos



estudos empíricos sobre o tema.

Pesquisas de natureza mais teórica procuram estabelecer relações mais reais entre violência, desemprego, educação e renda, como o de Pezzin (1986), que correlacionou variáveis socioeconômicas, incluindo o desemprego,

com taxas de criminalidade, concluindo que as variáveis grau de urbanização, pobreza e desemprego apresentam correlações positivas e significativas com a criminalidade.

Em outro estudo realizado em São Paulo, Kilsztajn, conclui que os 20 municípios mais violentos do estado são aqueles que tiveram sua população urbana multiplicada 73 vezes entre 1950 e 1991 e taxas de urbanização de 99%.

Cárdia e Schiffer, em outro estudo paulista chegam a resultados que apontam para uma relação direta entre a má distribuição

de recursos e equipamentos urbanos e a maior concentração da violência na periferia urbana de São Paulo.

Nesta mesma linha de investigação o ISER, em recente estudo sobre a violência no Rio de Janeiro, afirma que a proporção de

peças que moram em municípios de mais de 100 mil habitantes é a variável que mais se correlaciona com as taxas de homicídio no estado.

Neto (2001) em seu estudo "Crime, violência e incerteza política no Brasil", nos mostra que em quanto o número de mortes por homicídio aumentou 202% no Brasil, entre 1980 e 1998, nas regiões metropolitanas este número aumentou 262%.

Só na Região Sudeste foram registrados 30 mil mortes por homicídio em 2000, número comparado à guerra civil da Colômbia.

A violência se dá de forma diferenciada conforme mostram dados do Rio de Janeiro, onde o número de homicídios cresceu 15% na capital e 29% no interior entre 1999 e 2002, o que mostra uma interiorização da criminalidade.

CRESCIMENTO
POPULACIONAL
AUMENTOU A VIOLÊNCIA
NO INTERIOR DE SP

Na região de Macaé*, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, o número de homicídios aumentou 86% no mesmo período,

considerado o maior do estado.

Macaé, como se sabe, vem passando por profundas modificações espaciais e sócio-econômicas nos últimos 30 anos, como resultado da intensa atividade relacionada à extração de petróleo na Bacia de Campos, responsável por cerca de 80% da produ-

O RIO DE JANEIRO REGISTRA UMA CRESCENTE INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA. ARTIGO APRESENTA DADOS DA SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA QUE MOSTRAM QUE O NÚMERO DE HOMICÍDIOS CRESCEU 15% NA CAPITAL E 29% NO INTERIOR ENTRE 1999 E 2002



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 7

Ocorrências criminais em Macaé no período de 1998 a 2002

Ocorrência	1998	1999	2000	2001	2002	total	Cresc. no período-%
Homicídio	56	56	53	88	126	379	125,0
Furto de veículo	98	143	338	293	202	1074	106,1
Roubo de veículo	25	34	68	103	83	313	232,0
Apreensão de drogas	75	62	71	163	299	670	298,6
Apreensão de armas	72	32	99	208	270	681	275,0

Fonte: 123ª DP de Macaé

ção do país. Sua taxa de crescimento demográfico entre 1991 e 2000 foi de 3,85% em média, enquanto que a Região Norte Fluminense cresceu 1,46%.

Uma parte considerável deste aumento populacional se deve às pessoas que vêm de outros lugares atraídas pelo suposto merca-

EM MACAÉ (RJ), O NÚMERO DE HOMICÍDIOS CRESCEU 86% DE 1999 A 2002

do de trabalho, o que nem sempre é uma realidade para a maioria destes migrantes, que acabam se inserindo informal e irregularmente na cidade, causando uma série de problemas sociais, entre eles o aumento da violência,

conforme mostram os dados oficiais, comprovados por pesquisas diretas realizadas na cidade, quando a violência foi apontada como o principal problema local.

Macaé pertence à 34ª AISP (Área Integrada de Segurança Pública), junto com os municípios de Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Quissamã, Carapebus e Rio das Ostras e de acordo com os registros policiais desta AISP, a maior parte dos delitos na sua área de atuação ocorre em Macaé, com 95% dos roubos em coletivo; 79% de apreensão de drogas; 73% de homicídios dolosos; 73% de roubos a transeunte; 66% dos estrupos; 63% dos veículos furtados.

A tabela acima nos fornece um panorama geral da criminalidade entre 1998 e 2002.

Como se vê, todos os tipos de delito mais que dobraram no período analisado, destacando-se a

apreensão de drogas, como um dos principais problemas ocorrentes.

Podemos concluir que Macaé é um exemplo típico de local, onde a "industrialização a qualquer preço" está produzindo alguns efeitos esperados, qual seja o intenso fluxo migratório, o crescimento urbano e a deficiência de

CRESCIMENTO DESORDENADO É O QUE GERA A VIOLÊNCIA NA CIDADE

serviços e de infra-estrutura, que no seu conjunto criam um ambiente propício ao aumento da violência, conforme demonstram os dados coletados e analisados.

Não se trata de um caso isolado, mas de uma tendência gene-

ralizada de interiorização da violência, principalmente naquelas cidades que apresentam um certo nível de concentração humana e de capital, que sirvam de atrativos para os agentes.

De qualquer maneira o caso de Macaé vem confirmar os estudos empíricos citados de uma associação entre crescimento urbano desordenado, acompanhado de exclusão social e econômica e aumento dos índices de violência. Frente a esta evidência e aproveitando o bom momento econômico vivido pelo município, deveriam ser adotadas políticas de enfrentamento aos problemas sociais locais (preventivas) aliadas a ações ostensivas de natureza policial e inibidoras da violência.

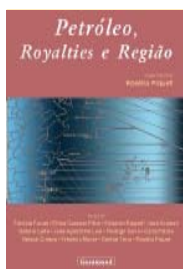
ALTON MOTA É PROFESSOR DO CCH/UENF

ÉRICA TAVARES DA SILVA É BACHAREL EM CIÊNCIAS SOCIAIS-UENF

Notas

1 LONDOÑO. Juan L, GARVIRIA, A. e GUERRERO, Rodrigo (edits) Asalto al desarrollo: violencia em América Latina, Whashington, BID, 2000

* **NOTA DO BPR&R** - Os dados deste artigo no que diz respeito ao crescimento da violência em Macaé (RJ), foram reunidos originalmente na monografia Desenvolvimento Local e Criminalidade Urbana em Macaé/RJ (Universidade Estadual do Norte Fluminense/Centro de Ciências do Homem/Curso de Ciências Sociais), dos mesmos autores, disponível no banco de dados do site www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br.



Conheça doze visões sobre o petróleo os royalties e a região

OS AUTORES
 Agostinho Leal
 Carla Patrão
 Denise Terra
 Elísio Caetano
 Frédéric Monié
 Getúlio Leite
 José Gutman
 Nelson Crespo
 Patrícia Farias
 Rodrigo Serra
 Rosélia Piquet (Org.)

Apresentação Ricardo Beltrão

ARTIGO MOSTRA ANÁLISE SOBRE DADOS DAS QUATRO ÚLTIMAS ELEIÇÕES EM CAMPOS QUE APONTAM PARA O CRESCIMENTO DO ELEITORADO COM A REDUÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDATOS, RESULTANDO EM RESCIMENTO DA COMPETIÇÃO ELEITORAL



ARTIGO

Eleições municipais e democracia - O caso de Campos-RJ

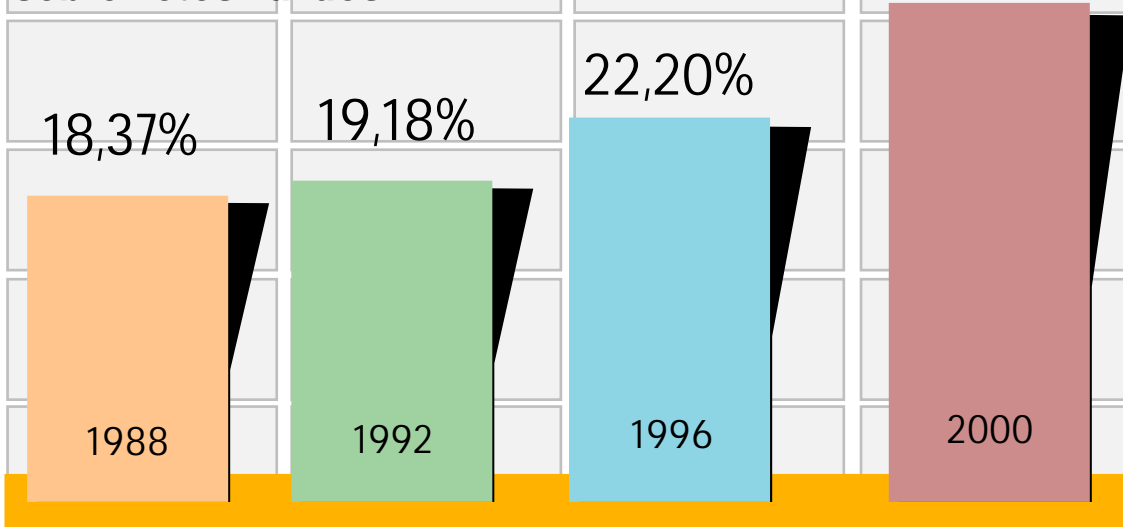
RENATO BARRETO DE SOUZA

O processo de democratização do Brasil, iniciado na década de 1980, foi acompanhado de uma vigorosa redefinição da territorialização do poder. A própria luta pela democracia foi associada à descentralização das decisões e, em consequência, operou-se um fortalecimento do poder municipal, não só através do aumento de suas atribuições constitucionais, mas também via aumento das receitas que saltaram de 2.5% do PIB em 1980, para 7.75% em 2003. Paralelamente, o número de municípios crescia de 3.794 em 1980, para 5.568 em 2004.

Os partidários dessas mudanças, com entusiasmo, defendiam o poder local como a instância mais próxima do cidadão, portanto detentora de maior capacidade de identificação eficaz de suas demandas e mais suscetível ao controle e à participação. Repetindo, em geral, as idéias expressas por autores clássicos como Rousseau, Tocqueville e Stuart

Mill, que eram partidários do potencial democrático das instâncias locais de poder, vistas como verdadeiras "escolas da liberdade". Duas décadas de descentralização e a proximidade das eleições municipais são razões que nos convidam a uma reflexão sobre as mudanças ocorridas no Brasil: a ampliação dos poderes locais tem contribuído para consolidação da democracia, ou os poderes locais se tornaram reféns de práticas fisiológicas e patrimonialistas, como advertia o norte america-

Porcentagem da soma dos eleitos sobre votos válidos²



no James Madison em 1788?

A resposta para esse dilema se encontra muito além dos limites de um artigo e, provavelmente, será uma polêmica acesa por muito tempo, reivindicando estudos de amplas latitudes. No entanto é possível acrescentar alguma contribuição ao tema a partir da análise dos legislativos municipais e de seu papel na democracia brasileira, principalmente por considerarmos que é a instância de poder que processa as demandas mais compreensivas para a maioria da população. (Nunes, 1996:36)

Verear, pero no mucho¹

No próximo dia três de outubro, cerca de 120 milhões de brasileiros irão às urnas eleger 5.568 prefeitos e 51.781 vereadores, que serão escolhidos entre 280.592 candidatos abrigados em 31 partidos políticos. Os eleitos serão encarregados

de dirigir os municípios brasileiros pelos próximos quatro anos. Mas como tem sido o padrão de relacionamento entre os poderes municipais no Brasil? Afinal, como têm atuado a maioria dos vereadores no país?

Em um esforço de teorizar a questão, Cláudio G. Couto e Fernando L. Abrucio consideram que o tamanho dos municípios altera a relação entre Executivo e Legislativo. Nas grandes cidades e capitais, teríamos "Câmaras Municipais mais fortes que as Assembleias Legislativas Estaduais". Quanto às cidades de pequeno e médio porte, os dois autores reafirmam as conclusões predominantes nos trabalhos acadêmicos que vêem esses Legislativos como instituições "fracas" diante do correspondente "executivismo" representado pela "hipertrofia do poder do prefei-

to". (Couto; Abrucio, 1995: 59).

A maioria situacionista é obtida quase sempre mediante distribuição de recursos ou cargos do Executivo a cada parlamentar, sem que haja uma base programática para selar o pacto governativo. Além disso, as bancadas situacionistas, hegemônicas nas Câmaras Municipais, abdicavam do poder de fiscalizar e da responsabilidade governativa, apenas homologando as decisões dos prefeitos. Constituía-se, assim, o chamado pacto homologador entre o Executivo e o Legislativo.

Os autores emitem um juízo contundente sobre a responsabilidade do prefeito no estabelecimento desse padrão de relações, afirmam que o chefe do executivo, por controlar os recursos, pode priorizar uma re-

VEREADORES TALVEZ
NÃO SAIBAM
EXATAMENTE O SENTIDO
DE VEREAR

MAIORIA NA SITUAÇÃO
SE CONSTITUIU COM
DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS E CARGOS

RESULTADOS ELEITORAIS MOSTRAM QUE VEREADORES BUSCARAM AMPLIAR AS SUAS VOTAÇÕES PARA ALÉM DOS SEUS REDUTOS ORIGINAIS. FIXAR-SE EM APENAS UMA REGIÃO, COM O AUMENTO DA COMPETIÇÃO, TORNOU-SE ARRISCADO



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 9

lação centrada na barganha fisiológica ou adotar critérios de ação baseados em decisões de cunho universalista.

Os Legislativos Municipais de cidades de pequeno e médio porte não estão condenados a exercer esse papel. Um estudo realizado por Rui Maluf Tavares, intitulado "Prefeitos na mira", analisa os casos de cassações de 44 (quarenta e quatro) prefeitos de 41 (quarenta e uma) cidades do interior paulista, realizados pelas Câmaras Municipais entre 1997 e 2000 e mostra como os Legislativos Municipais, mesmo de cidades pequenas, podem assumir uma postura de enfrentamento perante o poder Executivo e implementar processos políticos baseados em valores democráticos e universalistas com capacidade de contribuir para aperfeiçoar as práticas políticas naquelas regiões.

Por outro lado, a crescente ferocidade das disputas eleitorais tem contribuído para reforçar as práticas políticas centradas em barganhas clientelistas onde o voto se torna uma mercadoria crescentemente trocada por favores e estímulos materiais variados. Isto ocorre entre outros motivos porque os candidatos precisam se diferenciar para pleitear o voto. (Samuels, 2003:370). E muitos deles encontram na construção de clientelas um meio de atingir esse propósito, reforçando, assim, o silêncio homologador nos Legislativos Municipais na medida que ampliam a dependência do vereador de uma fonte fornecedora de recursos.

"A Batalha das Cadeiras"

A análise das últimas quatro eleições municipais em Campos

dos Goytacazes permite identificar três fenômenos combinados que interferem diretamente na dinâmica da política local: aumento do número de eleitores; redução significativa do número de candidatos e um concomitante aumento da competição eleitoral. Entre 1988 e 2000, os votos válidos para as eleições proporcionais cresceram 19,58%. Ocorreu o contrário com o número de candidatos. Nas eleições de 1988, concorreram a um cargo de vereador cerca de 736 candidatos; nas eleições de 2000, foram disputadas por 359 concorrentes, uma redução de mais de 51%.

A acentuada redução do número de candidatos foi acom-

panhada de um aumento bastante intenso da competição eleitoral. O gráfico da página 9 demonstra este fenômeno, comparando o percentual da soma dos votos dos vereadores eleitos sobre os votos válidos.

O aumento da competição, por sua vez, produz acentuados efeitos na política municipal:

1) Obriga os vereadores a redirecionarem suas estratégias eleitorais, na medida em que passam a buscar votos fora das tradicionais áreas em que são votados. Isto implicando, naturalmente, na necessidade

de dispor de recursos cada vez maiores. 2) As campanhas estão ficando cada vez mais caras. 3) A fim de responder a esse quadro de crescente competição, muitos vereadores e candidatos buscaram montar verdadeiras máquinas políticas que,

são financiadas pela prefeitura.

Primeiro, comparando as votações dos vereadores eleitos em 2000 com seus desempenhos em 1996, é possível constatar que a maioria dos parlamentares ampliou o número de zonas eleitorais em que foi votado. Adotar uma estratégia de isolamento da campanha em uma ou em poucas regiões do município é, hoje, altamente arriscado. Isto porque fatalmente a região vai ser alvo de campanhas de outros candidatos o que tornará a possibilidade de êxito muito reduzida. O efeito positivo desse fenômeno é a crescente diluição de redutos eleitorais que tanto alimentaram,

no passado, as políticas de controle do voto. O eleitor surge, então, como um indivíduo que precisa ser conquistado em meio a uma grande competição que tem exigido dos candidatos a vereador um crescente gasto de energia e recursos que não se limitam, mas se intensificam, no período eleitoral.

Segundo, o encarecimento eleitoral é um fenômeno mundial, escrevendo sobre as ameaças à democracia e referindo-se à Itália, Norberto Bobbio afirmou: "Os votos, como qualquer outra mercadoria, podem ser comprados. Esta é a razão fundamental pela qual o dinheiro pode corromper a república. Quem tem mais dinheiro tem mais votos."

A pesquisa sobre financiamento de campanhas eleitorais

no Brasil é muito rara; em geral, políticos se esquivam do assunto e, nas poucas vezes que falam sobre o tema, tendem a exagerar as verbas que seus adversários gastam e subestimar seus próprios custos. Reconhecer um grande gasto na eleição é visto pelos parlamentares como uma declaração de falta de popularidade. Mesmo assim, foi possível registrar depoimentos de parlamentares que reconheceram gastos da ordem de Cr\$ 200.000,00 nas eleições de 2000. Outro parlamen-

tar afirmou que já havia reservado Cr\$ 300.000,00 para a eleição de 2004.

Um aspecto relativo ao custo das campanhas eleitorais e recorrente

nas entrevistas realizadas se refere à conhecida "boca de urna" realizada no dia da eleição. Cerca de oito depoimentos gravados confirmam que houve uma mudança na forma como é realizada. A "boca de urna" não é simplesmente uma ação de aliados e simpatizantes do candidato que, no dia da eleição, se unem para uma última ajuda. A boca de urna é para muitos candidatos um dia decisivo na sua estratégia eleitoral. Na verdade, a maioria dos "boqueiros", facilmente identificados no dia da eleição, nas imediações dos locais de votação, portando e distribuindo panfletos, são eleitores que tiveram seus votos comprados. Os candidatos não esperam que eles convençam ninguém a votar, esperam apenas que eles próprios votem em quem os contratou.

O terceiro efeito do aumento da competição eleitoral no município é a secundarização da atividade

ESTUDO MOSTRA EXEMPLOS DE BOA VEREANÇA MESMO EM CIDADES PEQUENAS

HOUVE AUMENTO NO NÚMERO DE ELEITORES E REDUÇÃO NO NÚMERO DE CANDIDATOS

AUMENTO DA COMPETIÇÃO ELEITORAL AFASTA VEREADOR DA FUNÇÃO LEGISLATIVA

CONTINUA NA PÁGINA 11

PODER EXECUTIVO CONSTRÓI A SUA MAIORIA NO LEGISLATIVO COM DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS E DE CARGOS. CLIENTELISMO SE INSTITUCIONALIZA COM A CRIAÇÃO DE CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SOB DOMÍNIO DOS POLÍTICOS LIGADOS À PREFEITURA



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 10

parlamentar e, em alguns casos, até o abandono das funções legislativas por muitos vereadores. Isto ocorre entre outras razões porque os parlamentares respondem ao aumento da competição, estabelecendo vínculos permanentes com seus eleitores através do fornecimento de serviços e distribuição de recursos materiais. É a institucionalização do clientelismo através da criação de “centros sociais de assistência”. Em Campos, já somam dez unidades e pelo menos cinco deles foram criados depois de 2000. A constatação permite afirmar, categoricamente, que estamos testemunhando uma grande expansão das práticas clientelísticas no município, em grande parte ancoradas nos recursos dos Executivos Municipal e Estadual. São verdadeiras máquinas políticas.

O que torna uma organização política uma máquina é justamente o alto grau de organização e centralização que pode atingir, graças à existência de um quadro de funcionários profissionalizados que estão submetidos a uma forte hierarquia comandada por uma cúpula. Portanto, é a estabilidade que garante perenidade no fornecimento dos bens e serviços e a profissionalização de seus quadros que diferem a máquina política de outros esquemas clientelistas. As máquinas políticas são organizações que buscam realizar uma mediação política entre as demandas individuais dos clientes ou grupos que cooptaram e os órgãos públicos encarregados da administração do município ou do estado. Os funcioná-

rios profissionais da máquina política se colocam como intermediários entre o poder público local e os eleitores demandantes, muitas vezes controlando os canais formais ou informais de acesso ao poder.

A maioria dos “centros sociais de assistência” são custeados pela prefeitura e implicam na transferência de recursos e pagamento de funcionários. Naturalmente, ao celebrar esse pacto com o poder Executivo, o parlamentar abre mão de seu papel como legislador e fiscalizador e se transforma em uma caricatura de “assistente social” portador de um discurso paternalista que transforma o que é direito em favor. A Câmara Municipal se torna uma instância homologadora das decisões do prefeito que obtém maioria e neutraliza os poucos vereadores de oposição.

Adeus Coronéis

Desse modo, as expressões como “coronelismo”, “curral eleitoral” e “voto de cabresto” são absolutamente inadequadas para qualificar o quadro político em Campos dos Goytacazes. O que temos hoje são políticos profissionais modernos³ que operam complexas máquinas políticas, realizam diversas alianças em um cenário marcado pela intensa disputa eleitoral onde as possibilidades de controle do voto são cada vez mais remotas, e os laços de dependência pessoal

se desfizeram ou estão de tal modo esgarçados que já não podem mais assegurar nenhuma eleição. O político profissional moderno é um homem que exerce sua atividade em caráter permanente, vive profissionalmente da política, age no sentido de buscar maximizar seus desempenhos eleitorais. Para tanto, lança mão de um conjunto de funcionários profissionalizados, hierarquicamente submetidos, e busca com todas as suas forças controlar fontes distribuidoras de recursos estratégicos que atendam às deman-

das de suas clientelas e permitam, assim, agradar o eleitor que deve ser disputado em um grande “mercado eleitoral”.

Todavia, esse enterro do coronelismo que testemunhamos não merece entusiasmo, se os mandões locais recuam ante o avanço da urbanização, da imprensa, da ampla participação eleitoral e da presença mais efetiva do Estado na regulação de conflitos. Emerge, no rastro dessas mudanças, uma crescente ação clientelista que tende a encarar o eleitor não mais como pária dos idos tempos do coronelismo, mas que também não consegue reconhecê-lo como cidadão.

RENATO BARRETO DE SOUZA É MESTRE EM POLÍTICAS SOCIAIS PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE.

Nota do BPR&R

Dissertação do autor — Clientelismo e voto em Campos dos Goytacazes, Renato Barreto de Souza. Dissertação de mestrado. CCH - UENF. Julho de 2004 — que serviu de referência para o presente artigo, está disponível no banco de dados do site www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

Notas

1-O professor Octaciano Nogueira, ensina que a palavra vereador vem do verbo *verear*, uma contração de *verificar*, isto é, vigiar, reger, cuidar do bem público. Essa não é a prioridade da grande maioria dos parlamentares municipais.

2-Embora o número correspondente a média dos eleitos não seja ideal por que em virtude dos cálculos de legenda e dos métodos empregados para agregar as “sobras de votos”, nem sempre os mais votados são eleitos, consideramos que essa eventual imprecisão em nada prejudica o argumento apresentado. Pelo contrário só pode reforçá-lo na medida em que abre a possibilidade de candidatos com mais votos não terem sido eleitos o que só tornaria a média dos eleitos maior.

3 A palavra moderno assume aqui, o sentido dicionarizado “Dos tempos atuais ou mais próximos de nós; recente; atual; presente”. (Aurélio, 2001:1147)

Bibliografia

BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. Diálogo em torno da república. Rio de Janeiro, Campus. 2002.

COUTO, Cláudio G. e Abrúcio, Fernando Luiz. “Governando a cidade? A força e a fraqueza da câmara municipal”. São Paulo em Perspectiva (SEADE), v. 9, n. 2, 1995. p. 57-65.

MALUF, Rui Tavares. Prefeitos na mira. São Paulo, Biruta. 2001.

Nunes, Edson. Poder local, descentralização e democratização um encontro difícil Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo. v. 10, n. 3, jul-set. 1996, p. 32-39.

Perfil e Evolução das Finanças Municipais (1998 – 2003). Gerência de relações de análise financeira de municípios. Ministério da Fazenda. Brasília, agosto de 2004.

SAMUELS, Daivid. Financiamento de campanha e eleições no Brasil. In: BENEVIDES, Maria Vitória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE. (org.) Reforma política e cidadania. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003. p. 364-391.

Petróleo, Royalties & Região

Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (Rua: Anita Peçanha, 100 - Parque São Caetano / Campos dos Goytacazes - RJ CEP 28040-320
telefax:(0xx22) 2733-4100

Ano II, Nº 5 - Setembro/2004

Coordenação: Rodrigo Valente Serra e Denise Cunha Tavares Terra

Editor e Jornalista Responsável: Vitor Menezes (DRT 03141)

Projeto Gráfico e diagramação: Alessandro Moraes

Bolsistas: Jacqueline Barcellos - FENORTE e
Matheus Paulini - CNPq.